

*Entre a gramática e a Lei.
Poder, linguagem e resistência na literatura de Graciliano Ramos*

João Paulo Ayub
Universidade Federal de Goiás

joaoayub@gmail.com

Resumo:

Este artigo tem como objetivo principal apontar alguns caminhos percorridos pelo escritor Graciliano Ramos no registro de uma linguagem entremeada em narrativas da violência. O modo como o autor configura o gesto da resistência via palavra entre a «gramática e a Lei» será discutido em dois momentos distintos de sua obra: nas *Memórias do Cárcere*, autobiografia dos anos de prisão, e no romance *São Bernardo*, através do desafio encarnado pelo personagem Paulo Honório diante da escritura de um 'idioma pessoal'.

Palavras-chave: Graciliano Ramos; Estado Novo; Linguagem; Poder e resistência

Abstract:

This paper aims to point out some paths taken by the writer Graciliano Ramos in narratives of violence. The way the author presents the gesture of resistance between the «grammar and the Law» will be discussed at two different moments of his work: *Prison Memoirs*, autobiography of years in prison, and *St. Bernard*, through the challenge embodied by the character Paul Honorius before the writing of a personal language.

Key-words: Graciliano Ramos; Estado Novo; Language; Power and endurance

A GRAMÁTICA E A LEI

Observador fino e perspicaz, o escritor Graciliano Ramos é também um exímio decodificador das mazelas sociais e do labirinto existencial no qual os homens se encontram lançados. Coisa muito enredada, complicação inextricável: o labirinto, suas salas subterrâneas e superfícies vertiginosas, porão de navio sujo e fétido, metáfora da vida do homem tantas vezes derrotado e afogado num mar de sofrimento psíquico.

Esse literar é uma tarefa que exige cuidado, pois as armadilhas no caminho são muitas: o gesto preciso da decodificação carrega, de certo modo, a magia da transposição dos sentidos – essenciais – de um lugar para o outro. A gramática responde à Lei, a água turva, mas a vida negada não se deixa apagar: na pele do texto carimbado pela ordem cabe à palavra revelar os segredos que se escondem na sutileza de seus interstícios. Na pena do escritor alagoano, o trânsito da experiência que deságua na linguagem – linguagem da experiência – não embaralha os sentidos durante a passagem que resulta na experiência da linguagem. «Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos» (Ramos, 1994: 33). Graciliano não pôde contar com os registros escritos imediatos de sua experiência no cárcere por temer complicações maiores com as autoridades militares: «Não resguardei os apontamentos obtidos em largos dias e meses de observação: num momento de aperto fui obrigado a atirá-los na água» (Ramos, 1994: 36).

A tonalidade das experiências vividas pelo escritor em seus longos dias de confinamento no cárcere está de tal forma incrustada no contorno das palavras que se arriscam em dizê-la que, no fim das contas, palavra e experiência, experiência e palavra, acontecimentos separados no curso do tempo, confundem-se no movimento indistinto que revela a condição humana de desamparo e injustiça. Decodificação alquímica que vai além da simples proposta de registro dos fatos; a palavra escrita transborda em sua precisão fugidia a experiência vivida pelo escritor em tempos sombrios.

Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos

às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer. (Ramos, 1994: 34)

Se o famoso trecho das *Memórias*, onde Graciliano Ramos compara a gramática e a lei reduzindo-as ao gesto comum da opressão, explicita a natureza do obstáculo, há que se levar em conta também a liberdade proporcionada pelo fato de que ainda assim «nos podemos mexer». Como foi dito linhas atrás, há vida que não se apaga no estreito encadeamento que irmana as regras da sintaxe e o regime de poder inscrito na Lei. Contudo, há muito mais a ser explorado nessa famosa frase das *Memórias do Cárcere* antes de se chegar a esse grito calculado e contido de afirmação da liberdade humana. Em suas poucas palavras, nos deparamos com um universo vastíssimo de significados que ilumina toda a obra do escritor. E se assim for, as *Memórias do Cárcere* ocupam o lugar que converge, num mesmo ponto, testemunho político e testamento literário.

CADEIA

Às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, a vivência na cadeia não fez mais que recrudescer a percepção de Graciliano diante dos problemas vividos pelos homens e mulheres do seu tempo. A sensibilidade às injustiças da Justiça acompanhou desde sempre a pena do escritor: ele não precisou ser preso pela ditadura do governo Vargas e viver as barbaridades da cadeia para narrar em *Caetés*, seu primeiro romance, a história do julgamento e absolvição de Manuel Tavares, bandido preso por ter cometido o crime de latrocínio. Este episódio evidencia a incapacidade da justiça em fazer valer suas regras, quando subjugadas aos interesses que ultrapassam seu âmbito de ação. Vale também, para essa história contada em *Caetés*, a constatação amarga de quando esteve preso às garras da maquinaria militar implantada no governo de Getúlio Vargas: «Não há nada mais precário que a justiça» (Ramos, 1994: 45).

Protegido por mandatários locais, Manuel Tavares personifica o deboche às regras impessoais da Lei. Exemplo significativo da corrupção do sistema jurídico, emblema de um estado de coisas que perseguiu Graciliano até seus últimos anos de vida. Estranharia o escritor ter sido preso sem justificativas ou sequer abertura de um processo judicial? Sem gastar tantas palavras, como era de seu costume, ele resume a condição em que fora colocado: «Não me acusavam, suprimiam-me» (Ramos, 1994: 52). A resignação de Graciliano Ramos tinha raízes profundas.

Manuel Tavares foi solto e ainda contou com a complacência do promotor de justiça, o dr. Castro, que não apelou da sentença em nome da «soberania do júri». João Valério, personagem principal de *Caetés*, encarna nesse episódio a revolta estéril contra o irônico esmagamento do senso de justiça pelos arranjos sociais que se conformam ao desejo de alguns poderosos. Inútil debater-se diante de uma racionalidade patrimonialista que contamina todo o ordenamento jurídico: através de um procedimento aparentemente inalcançável, infalibilidade cínica, a regra que faz valer o interesse do mais forte institui a si mesma a condição suprema de parâmetro de verdade a orquestrar os negócios dos homens. No seu inabalável funcionamento, a Justiça zomba dos homens, fecha os olhos à insignificante insatisfação:

- Sempre os senhores puseram na rua o Manuel Tavares, hem?
- Eu não! Exclamou o dr. Castro. Foi o júri.
- Manuel Tavares, um caso triste, atalhou Isidoro. Um infeliz, coitado. Afinal de contas... [...]
- Um caso triste, sem dúvida. Mas o júri... o júri é soberano, explicou o dr. Castro. Foi o júri.
- O júri? Estranhei. O senhor também. Está visto. O senhor apelou?
- Não, não apelei, disse o promotor. Não apelei, porque o juiz de direito, os jurados... O senhor compreende. E um crime como aquele... Enfim não apelei.
- E então? Foi o senhor. Manuel Tavares, um assassino, um bandido da pior espécie! (Ramos, 2006: 195)

A vida do menino Graciliano também lhe deu lições de justiça. Suas «primeiras relações com a justiça», como ele mesmo narra no episódio do cinturão, em *Infância*,

«foram dolorosas» e causaram-lhe «funda impressão». Seu pai, na qualidade de juiz e algoz, exigia do menino um cinturão, objeto perdido. «O homem não me perguntava se eu tinha guardado a miserável correia: ordenava que a entregasse imediatamente» (Ramos, 1986: 33). A natureza do julgamento se revela de um modo cruel: não há inquérito e sim a pressuposição da culpa. Após a execução da pena, uma surra de chicote, descobre-se o erro: «Antes de adormecer, cansado, vi meu pai dirigir-se à rede, afastar as varandas, sentar-se e logo se levantar, agarrando uma tira de sola, o maldito cinturão, a que desprendera a fivela quando se deitara» (Ramos, 1986: 35). Não há reparação. O menino permanece em seu canto sozinho, «miúdo, insignificante, tão insignificante e miúdo como as aranhas que trabalhavam na telha negra» (Ramos, 1986: 35).

A opressão pela sintaxe também faz parte do repertório do escritor. As raízes da violência encarnada nas letras estão presas na infância. Vem daí o fato de Graciliano conjugar a ordenação da linguagem à ordem desumana que legitima a soberania da força? No episódio narrado no capítulo «Leitura» de *Infância*, a violência da linguagem encarnou de tal modo a violência de seu pai nas primeiras lições de aprendizado da língua, que a suspeita de que a palavra pudesse enganá-lo e traí-lo com falsas promessas de recompensas estatutárias marcou o seu espírito. Enquanto o pai tentava persuadi-lo de que as pessoas familiarizadas com a palavra escrita «dispunham de armas terríveis», a exemplo de Padre João Inácio e do advogado Bento Américo, Graciliano ouvia os louvores, «incrédulo». O menino não se encontrava naquele modo de ser das palavras escritas tal como lhe foram apresentadas pelo pai: «Padre João Inácio me fazia medo, e o advogado Bento Américo, notável na opinião do júri, residia longe da vila e não me interessava» (Ramos, 1986: 105). Além de faltar o lastro ético nos exemplos citados pelo pai, um triste atrativo incapaz de seduzir a criança, o ensino das letras dava-se sempre na presença de um «côvado»: «Um pedaço de madeira, negro, pesado, da largura de quatro dedos» (Ramos, 1986: 106). A tal «carta de A B C», marcou no escritor seu primeiro contato com a palavra escrita. Um desastre. A lição era tomada pelo pai.

Meu pai não tinha vocação para o ensino, mas quis meter-me o alfabeto na cabeça. Resistí, ele teimou – e o resultado foi um desastre. Cedo revelou impaciência e assustou-me. Atirava rápido meia dúzia de letras, ia jogar solo. À tarde pegava um côvado, levava-me para a sala de visitas – e a lição era tempestuosa. Se não visse o côvado, eu ainda poderia dizer qualquer coisa. Vendo-o, calava-me. (Ramos, 1986: 106)

Já no caso do cinturão, não havia o que o menino dissesse, que pudesse abrandar a fúria do algoz. Nessa gramática, a criança (in-fans – aquele que não sabe falar) estava muito aquém da condição de sujeito capaz de influenciar o curso da ação mediante qualquer tipo de argumentação projetada a seu favor.

Graciliano sempre esteve atento ao modo de ser da linguagem que opera na distribuição de invisibilidades, silenciando e transformando indivíduos não merecedores da posição de sujeitos em simples objetos. O ultraje da linguagem que institui a verbosidade ardilosa dos mecanismos de sujeição é como a opressão social que salta aos olhos e acomete o corpo. A partir do sentido esboçado nas primeiras linhas das *Memórias*, estamos diante de uma chave de leitura cuja consequência para o entendimento da obra é tão mais importante quanto mais sutil e mais fundo penetra o corpo da escrita literária.

Uma das definições possíveis do termo sintaxe extraída do *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (2001) é: «parte da gramática que estuda as palavras enquanto elementos de uma frase, as suas relações de concordância, de subordinação e de ordem». Aqui, faz-se o esforço interpretativo que consiste em elevar o sentido do termo para além de sua característica objetiva de estrutura lógico-semântica da linguagem. Na proposta que consiste em enxergar a palavra como fundamento da existência humana – muito mais que a parte elementar do código linguístico –, sua conformação sintática adquire implicações profundas que apontam para o modo como o homem realiza a sua humanidade.

Os dois opressores indicados por Graciliano no período citado, a gramática e a lei, vale repetir, se completam a ponto de confundirem-se: enquanto a lei determina as regras de distribuição do espaço, a gramática cuida das regras de geração e, o mais importante, legitimação do sentido. Consequentemente, os arranjos

da lei transformam-se em sentidos operantes no contexto das relações sociais: as instituições de poder determinam o comportamento dos homens, distribuem-lhes coerções e orquestram a geografia perversa que define o lugar de cada um.

O potencial heurístico fornecido pela dupla gramática/lei transcende seu contexto de aplicação no texto das *Memórias do Cárcere*, ao mesmo tempo em que gera novos contornos interpretativos para o conjunto da obra. Contudo, conforme foi dito, se a leitura da opressão político-jurídica salta aos olhos, a medida em que a materialidade do corpo é investida pelo jogo de visibilidade, diferenciação e aplicação do poder, as condições sintáticas para a geração do sentido da existência se escondem a partir do momento mesmo de sua configuração.

É muito difícil que sujeitos tornados objetos, nos interstícios de um discurso de poder, assumam por si mesmos sua dignidade uma vez roubada. Na maior parte das vezes, o que ocorre é que o processo de despersonalização vivenciado na cadeia seja, mesmo, irreversível, e que o achatamento do indivíduo resulte na impossibilidade de tornar-se autor de sua própria história. Graciliano relembra em sua escrita o afrouxamento da vontade de registrar, em diário, tudo o que lhe ocorria, quando estava na cadeia:

A minha decisão de traçar um diário encolhia-se, bambeava, sem nenhum estímulo fora ou dentro. Os fatos, repisados, banalizavam-se. Apenas quatro ou cinco sobressaíam, mas, ao dar-lhes forma, vi-os reduzidos, insignificantes. Difícil enxertar neles alguma circunstância que lhes desse relevo e brilho: saíam naturalmente apagados, chatos – e irremediáveis. Prosa de noticiarista vagabundo. Tropeços horríveis para alinhar um simples comentário. Ora comentário! Se até a narração e o diálogo emperravam, certo não me iria meter em funduras. Havia chumbo na minha cabeça. E eu imaginara fabricar uma novela na cadeia, devagar, com método, página hoje, página amanhã. Lembrava-me da opinião lida anos antes sobre a arte dos criminosos, arte ruim. E vinham-me dúvidas. Seriam essas criaturas naturalmente insensíveis, brutas, lerdas? Talvez o cárcere lhes roubasse as energias, embotasse a inteligência e a sensibilidade. (Ramos, 1994: 97-98)

Ao ousar dizer ‘Eu’ em suas *Memórias*, algo que lhe custou seguidas páginas e uma prosa empenhada em pedidos de desculpas e tentativas de autolegitimação, Graciliano rompe com a ordem de um discurso que o silenciava desde dentro.

Desgosta-me usar a primeira pessoa. Se se tratasse de ficção, bem: fala um sujeito mais ou menos imaginário; fora daí é desagradável adotar o pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos por evitá-lo. Desculpo-me alegando que ele me facilita a narração. (Ramos, 1994: 37)

No discurso da cadeia o preso não fala, apenas reflete o regime de luz que busca dizer-lhe, identificar-lhe, dar-lhe um nome – nos melhores termos foucaultianos. Nesse sentido, os homens presos no porão do navio agiam como verdadeiros animais. Durante a sofrida viagem do Recife para o Rio de Janeiro, Graciliano se viu incapaz de ingerir qualquer alimento; preocupado em demasia com o líquido viscoso (uma mistura de urina e restos apodrecidos de alimentos) que escorria no soalho e ameaçava molhar seus pés e a bainha da calça, ele negava as necessidades do corpo numa espécie de resistência muda à condição de extrema degradação. O alimento que nutria os corpos daqueles indivíduos, fazendo funcionar a máquina infame depositada no porão do navio, alimentava também o regime de força que, por sua vez, apostava na sobrevivência dos homens para poder esmagá-los.

Não é fácil pensar que, naquela situação, aqueles sujeitos pudessem agir de outro modo. Ou então, a partir de um ato de vontade, forjar significação distinta. É verdade que a euforia contagiante de um samba que se alastrou do interior do porão para todo o barco acendeu a chama, através do canto, de uma palavra humana. Mas foi só. O significado da vida desses homens sequestrados pelas regras do poder foi posto num jogo em que as vítimas participavam, quando muito, como significantes absolutamente apagados diante de forças a impor determinada significação. A impossibilidade de dizer a própria condição é, definitivamente, o lugar mais baixo acessado pelo homem. E é desse lugar que Graciliano tenta mexer-se, a despeito da gramática e da lei. Um lugar no qual, sob o peso da indiferença, surge a figura (humana) deprimente do animal que caminha, como num matadouro, disciplinadamente para o desfecho de sua condenação. A condenação sendo apenas

um detalhe, ritual inglório de uma morte que acontece lentamente.

A sintaxe assume o modo de ser da subordinação, ordenamento e conformação da palavra no interior da frase. Cabe investigar, a partir daí, o sentido da opressão atribuído pelo autor à sintaxe sobre a dimensão da linguagem falada/jogada entre os homens. No contexto das *Memórias*, Graciliano situa a sintaxe como um dos empecilhos que retiram do escritor sua possibilidade de alcançar «liberdade completa». Contudo, a escrita deve desagarrar-se de suas cadeias para que a memória se espalhe no papel e ganhe significado – para além de suas próprias amarras. Como se a lei demandasse uma pergunta ao homem, encerrando-o no escopo limitado de respostas (que, por sua vez, são pressupostas na pergunta: inocente ou culpado?), percebe-se que, simultaneamente à gramática do poder que reduz e enforma os indivíduos numa determinada condição de privação física e moral, está sendo gerada uma cadeia de sentidos igualmente perversa.

Ao seu modo, Graciliano se esforça em dizer-nos sobre o que versa a vida. Não qualquer vida, mas a vida do cárcere – que é também o cárcere da linguagem. Está em jogo, neste campo fechado de possibilidades, o idioma pessoal do sujeito que escreve. Esse idioma, um tipo singular de linguagem, finito e limitado, também dispõe (ou melhor, pode vir a ser capaz de dispor) de uma dinâmica interna e opera muito aquém ou além das regras consagradas pelo discurso oficial. Muito além de um «componente do sistema linguístico que determina as relações formais que interligam os constituintes da sentença, atribuindo-lhe uma estrutura»¹, a escrita não só da memória, mas toda e qualquer expressão de sentido, se apresenta então sob um ordenamento diverso, particular, modo único em que se dá a disposição nem sempre harmoniosa de partes ou elementos.

Ao confessar as razões de sua hesitação em pôr no papel a vivência na cadeia, Graciliano parece lamentar, ainda que sob um ar de resignação completa, não somente o conjunto de regras ordenadoras da língua portuguesa e os geradores de sentido que o perseguem desde o aprendizado da «carta de A B C». Incomodam, sobretudo, os obstáculos encontrados pela palavra quando engajada na expressão de um idioma pessoal, tão mais verdadeiro quanto mais comprometido está com a sintaxe existencial daquele que escreve. Aborrece o escritor a dissonância gerada entre a melodia particular dos indivíduos e o canto que vem de cima, «canto de sereia», expressão legítima dos arranjos de poder.

Há que se ter cuidado com essa espécie de «canto de sereia» e Graciliano é sarcástico ao comentar a situação dos que também viveram aquele período na prisão e que, a princípio, também estariam em condições de arranjar suas memórias:

Realmente há entre os meus companheiros sujeitos de mérito, capazes de fazer sobre os sucessos a que vou referir-me obras valiosas. Mas são especialistas, eruditos, inteligências confinadas à escrupulosa análise do pormenor, olhos afeitos a investigações em profundidade. (Ramos, 1994: 35)

Estaria Graciliano receoso quanto aos louvores literários obtidos em função de experiência tão desprezível? João Valério, personagem de caráter mesquinho e tacanho, em *Caetés* se mostra demasiadamente interessado no brilho proveniente do ofício da literatura – em detrimento da própria qualidade da escrita. Graciliano não haveria de traír-se, e, para tanto, sabia que dos holofotes ele tinha de fugir: «não desejo ultrapassar o meu tamanho ordinário. Esgueirar-me-ei para os cantos obscuros, fugirei às discussões, esconder-me-ei prudente por detrás dos que merecem patentear-se» (Ramos, 1994: 37).

AINDA NOS PODEMOS MEXER

Nos «estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer»: o final da frase se revela um tanto enigmático e sinaliza para o que aqui se enxerga como a grande questão que anima a obra do autor: enquanto houver linguagem, para o bem ou para o mal, «ainda nos podemos mexer». Mas que linguagem? Certamente, não se trata da linguagem dos quartéis, dos silêncios por trás de cada ameaça. Um cano de ferro de uma arma prensada às costas da vítima pode «falar» a mais profunda verdade sobre a condição na qual se encontra: a pistola do soldado

¹ Houaiss - Villar - Franco, 2001.

nas costas de Graciliano, à entrada no porão do barco *Manaus*, embarcação que o levou, junto a centenas de presos, da cidade do Recife ao Rio de Janeiro, revelou, de súbito, a precariedade de sua condição, até então velada pela monótona rotina do quartel nos primeiros dias de prisão. A linguagem de que fala Graciliano, sintaxe singular, é aquela capaz de ‘dizer’ o idioma do sujeito lançado à experiência de si mesmo.

Enfim, se quisermos acessar o idioma em que nos ‘fala’ o escritor, devemos mergulhar em sua própria experiência de libertação, na palavra que reinscreve no texto as cores e os traços de seu universo existencial. Tal mergulho nos ajuda a enxergar mais de perto o modo como a dimensão do humano se realiza no âmbito da palavra. Entre uma infinidade de obstáculos, violências desmedidas, identificamos as Leis e a gramática em que o escritor esteve enredado. Resta buscar em sua morada, sua linguagem, o momento em que seu ser transcende as amarras do texto e faz da palavra um gesto genuíno de humanização.

Esse momento, segundo o caminho pretendido neste trabalho, configura o encontro do ser com a linguagem que o constitui. Encontro em que os sentidos da existência realizam-se num modo de ser que é essencialmente palavra. Em suas *Memórias*, o escritor realiza o idioma pessoal que lhe restitui a capacidade de ser autêntico, de levantar-se do golpe resultante de uma diversidade de coisas que intencionavam suprimi-lo. Segundo o psicanalista Christopher Bollas,

Todos nós nos movimentamos num crescendo metafísico de nossos idiomas privados, de nossa cultura, sociedade e linguagem e de nossa época na história. Quando nos movemos através do nosso mundo objetual seja por escolha, obrigação ou surpresa, evocamos estados do *self* patrocinados por objetos específicos com os quais nos deparamos. (Bollas, 1998: 9)²

A busca pelo idioma pessoal consiste, portanto, num modo de elaborar-se, de entregar-se ao que Bollas chamou de «mundo objetual», que em Graciliano encontra-se constituído fundamentalmente pelo universo da palavra escrita. A palavra, em sua riqueza de significados, deslocamentos sucessivos, permite a transformação de uma realidade subjugada em presença ativa; no trançado dos sentidos que dão corpo ao texto, a palavra é capaz de arranjar-se sempre de um modo distinto. De que modo isso se dá na escrita de Graciliano?

Em primeiro lugar, trata-se de enxergar o processo de reconstrução do passado vivido como abertura para um novo mundo. Ainda que houvesse a pretensão de fazer valer sobre o discurso oficial da história a verdade do que se conta – um veredito final sobre o regime ditatorial brasileiro não fazia parte dos seus planos –, o escritor, entre as palavras, sabia ter em mãos algo crucial para o encontro com sua própria verdade: a possibilidade de encontrar-se diante de si mesmo, de tal forma que uma gama de possíveis apagados num tempo distante ressurgisse e redimisse a humanidade perdida num tempo de privação extrema. Graciliano repete diversas vezes em seu texto que a prisão condena as vontades, desejos e interesses individuais a um completo esfacelamento. Escrever sobre esse estado de coisas dez anos depois lhe permite, no entanto, reencontrar-se na trama dos acontecimentos vivenciados, ressitando numa sintaxe específica, textualizada, um novo ser que o dignifica enquanto autor de um idioma pessoal. Esse processo é extremamente doloroso porque vai de encontro a um amontoado de coisas inscritas num registro de dor profunda. Ele não pode mudar, obviamente, tudo o que resultou em cicatrizes dolorosas, definitivas, e nem mesmo recusar os escombros, quando eles estão lá, adormecidos ou não, no registro da memória. No entanto, re-inscritos, são convocados a um ato de transformação de uma experiência contida (ou aprisionada) no real. Noutras palavras, é como se a experiência vivida (experiência que o si mesmo possui), traduzida num certo regime de linguagem (linguagem da experiência), pudesse transformar-se numa nova experiência de si mesmo, verdadeira experiência da linguagem. Essa é, sem dúvida, a essência do humanizar-se via palavra: da linguagem construir morada.

Não se pode deixar enganar, contudo, com o tantas vezes festejado poder de agência dos indivíduos no confronto com a linguagem poética que habita seu interior na qualidade de «objeto potencial». Christopher Bollas, numa bela passagem de seu livro *Sendo um personagem*, identifica o potencial transformador dos «objetos

² De acordo com Bollas, «O idioma de uma pessoa refere-se ao núcleo único de cada indivíduo, uma figuração do ser, parecida como uma semente que pode, sob condições favoráveis, evoluir e se articular – o idioma humano é a essência definida de cada sujeito» (Bollas, 1998: 9).

internos», «marcas de nossos encontros com o mundo dos objetos», apontando também para o risco que se corre, dado que o indivíduo, nessas condições, é também atravessado pelas características e potencialidades do objeto com o qual se encontra engajado:

Ser um personagem é desfrutar do risco de ser processado pelo objeto – na verdade, em parte, procurar objetos, para ser metamorfoseado, como alguém que «atravessa» a mudança ao se dirigir através do momento do processamento proporcionado pela integridade de qualquer objeto. Cada entrada numa experiência com um novo objeto é mais propriamente um novo nascimento, já que a subjetividade é conformada de novo pelo encontro, e sua história fica modificada por um presente radicalmente efetivo que mudará sua estrutura. Ser um personagem é obter uma história de objetos internos, de presenças interiores que são a marca dos nossos encontros, embora incompreensíveis ou mesmo levemente conhecidos: são unicamente poderosos fantasmas que não povoam a trama, mas habitam a mente humana. (Bollas, 1998: 44)

Graciliano fez-se personagem ao inventar para si uma nova textura, um mundo intermediário que destoa do mundo ‘real’, ‘natural’, unicamente pelo fato de esse mundo ser inteiramente seu e de mais ninguém, presença marcante dos objetos com os quais percebeu seu idioma. Essa nova textura, como uma nova pele, é capaz de liberta-lo e, ainda, humanizar tudo aquilo que, entre os muros de um cárcere que desde fora se enraizou em seu interior, ameaçou arruinar os traços aparentemente incorruptíveis de sua dignidade sertaneja. O livro no qual escreve o testemunho de sua experiência é uma espécie de negação do dado tal como lhe fora dado ‘de fora’, sob imposição violenta, revelando, num gesto decisivo de um enorme potencial transformador, um outro mundo no interior do qual sua humanidade pode realizar-se e tornar possível a assunção de um ambiente inteiramente favorável.

PAULO HONÓRIO: O PIO DA CORUJA E O DESVELAR ANGUSTIADO DA PALAVRA

Toda criação poética enseja a produção de um idioma ou sintaxe singular. Um modo especial de conjugar os significados que promovem o contorno da existência do sujeito que realiza a experiência de abertura de um novo mundo. Um mundo no interior do qual ele se torna capaz de compreender os traços mais fundos de sua existência. Este salto em direção a si mesmo revela, contudo, a tensão que subjaz à emergência do discurso poético: o sujeito engajado na busca de seu próprio idioma se encontra a todo o momento atravessado – e confrontado – por linhas de força que atuam na sua formação. O cerne da questão que faz da vida um domínio propriamente estético seria o seguinte: sejam as estruturas de poder/saber que pulsam nos interstícios da voz dos indivíduos enredados na trama social, sejam os fantasmas mais diversos que atuam nas dobras do seu inconsciente, um amontoado de obstáculos não deixa falar o idioma que permite ao indivíduo se constituir em sujeito idiomático.

O depoimento de Graciliano dá mostras de como os sujeitos são chamados a si na trama da própria linguagem. De que modo são capazes de edificar uma sintaxe singular? Esse processo caracteriza-se por um des-velar da linguagem no contexto da existência de sujeitos lançados no mundo. No registro de suas *Memórias*, o escritor compôs seu idioma entre as regras da gramática e as Leis do estado ditatorial.

Em grande parte de sua obra, percebe-se que as tantas violências vividas pelos personagens conduzem à experiência violenta da linguagem. De que modo algo como a linguagem pode ser transformado numa experiência violenta? Rastrear a gênese do significado da vida entre os homens através da gênese da linguagem – o que experimentam os homens no abrigo da linguagem – pode ser um caminho para uma possível resposta, abismo ou abrigo.

Paulo Honório, um dos personagens mais marcantes de Graciliano, que figura no romance *São Bernardo*, encontrou-se com a dor de existir no instante em que se dispôs a narrar o período durante o qual fez de São Bernardo, sua fazenda, uma grande propriedade rural. O romance conta a história, em detalhes, dos esforços de um sujeito nascido na insignificância de uma sociedade extremamente desigual – composta por proprietários e serviçais, de um lado, e miseráveis, de outro –, que consegue atravessar a linha intransponível que divide proprietários e desvalidos

de toda espécie. Paulo Honório cava sua existência como um animal a conjugar astúcia e brutalidade, de modo que sua história, narrada por ele num registro de suas recordações, dá o tom de sua conquista. A carga dramática do romance não se realiza através das gotas de suor despendidas por este sujeito que, vitorioso sob um determinado ponto de vista, carregava o destino de uma vida estragada. De certa forma, é até chocante o modo como Paulo Honório faz valer da inteligência – e pontapés – um meio de tonar-se um sujeito de posses e mando. Um modo de ser homem que, ironicamente, revela em essência atitudes que são dignas de um animal dominador. O drama e a força deste romance de Graciliano residem na maneira com que, à medida que expõe os passos de sua conquista econômica e profissional, Paulo Honório desenha, em contornos cada vez mais nítidos, uma miséria profunda de ordem espiritual.

No projeto de tornar-se um grande homem, casar-se e constituir a prole que conduziria o futuro da fazenda eram etapas obrigatórias, ainda que, para tanto, não se fizessem necessários sentimentos de amor ou algo do tipo. Tais sentimentos, que na trajetória do sujeito conquistador não passavam de insignificâncias, se tornaram, no entanto, o grande motivo de sua derrota pessoal: dique esgarçado diante do qual sua verdade interior transbordou, revelando feridas profundas. Como havia de ser, Paulo Honório casou-se. Até aí, tudo se passa como se a meta natural de sua conquista trilhasse o caminho previsto. Contudo, enredado em tais sentimentos de humanidade que havia acostumado a desprezar, muitos problemas lhe vieram a estragar a vida conjugal e as demais relações que mantinha com a sogra, empregados e alguns poucos amigos que frequentavam sua fazenda. Tomado de ciúmes e de um amor doentio, Paulo Honório ficou viúvo: Madalena, sua esposa, se matou.

O romance escrito por Graciliano conta a história desse homem afogado em suas angústias e que decide «construir um livro», passar para o papel os lances capitais de sua vida.

Faz dois anos que Madalena morreu, dois anos difíceis. E quando os amigos deixaram de vir discutir política, isto se tornou insuportável. Foi aí que me surgiu a ideia esquisita de, com o auxílio de pessoas mais entendidas que eu, compor esta história. A ideia gorou, o que já declarei. Há cerca de quatro meses, porém, enquanto escrevia a certo sujeito de Minas, recusando um negócio de porcos e gado zebu, ouvi um grito de coruja e sobressaltei-me. Era necessário mandar no dia seguinte Marciano ao forro da igreja. De repente voltou-me a ideia de construir o livro. Assinei a carta ao homem dos porcos e, depois de vacilar um estante, porque nem sabia começar a tarefa, redigi um capítulo. Desde então procuro descascar fatos, aqui sentado à mesa da sala de jantar, fumando cachimbo e bebendo café, à hora em que os grilos cantam e a folhagem das laranjeiras se tingem de preto. Às vezes entro pela noite, passo tempo sem fim acordando lembranças. Outras vezes não me ajeito com esta ocupação nova. Anteontem e ontem, por exemplo, foram dias perdidos. Tentei debalde canalizar para termo razoável esta prosa que se derrama como a chuva da serra, e o que me apareceu foi um grande desgosto. Desgosto e a vaga compreensão de muitas coisas que sinto. Sou um homem arrasado. (Ramos, 2008: 215-216)

O sentido de sua existência, transformado em dicção poética, mostrou-lhe num relance o vazio consumido em seus «cinquenta anos!»: «Desgosto e a vaga compreensão de muitas coisas que sinto. Sou um homem arrasado». «Quantas horas inúteis! Consumir-se uma pessoa a vida inteira sem saber para que! Comer e dormir como um porco! Como um porco!» (Ramos, 2008: 216). No momento em que se consolida, enquanto ‘dicção poética’ do mundo, a escrita do livro de memórias carrega a responsabilidade de dizer e mostrar o que se transforma no verdadeiro significado da vida do fazendeiro. E o que mais lhe valia, naquele instante, era o contrário de tudo aquilo pelo qual empenhou violências desmedidas e brutalidades. «Quanto às vantagens restantes – casas, terras, móveis, semoventes, considerações de políticos, etc. – é preciso convir em que tudo está fora de mim» (Ramos, 2008: 218).

Sob as mesmas mãos que passaram a vida toda a tocar com violência o projeto de conquista, dominação e crescimento das terras de S. Bernardo, surge a escrita e o des-velar de um novo mundo, um novo modo de ser que faz estremecer o endurecido fazendeiro.

Com um estremecimento, largo essa felicidade que não é minha e encontro-me aqui

em S. Bernardo, escrevendo. As janelas estão fechadas. Meia-noite. Nenhum rumor na casa deserta. Levanto-me, procuro uma vela, que a luz vai apagar-se. Não tenho sono. Deitar-me, rolar no colchão até a madrugada, é uma tortura. Prefiro ficar sentado, concluindo isto. Amanhã não terei com que me entreter. (Ramos, 2008: 219-220)

Evidentemente, está em jogo, aqui, outro modo de se pensar a função referencial da linguagem e da própria literatura, como modo de experimentação verdadeira do mundo. A condição para que a dimensão do humano ganhe corpo na obra do escritor alagoano e a partir daí passe a ser o alvo do escrutínio de um olhar implacável é a noção de verdade possibilitada por certo modo de ser da palavra. O «dizer verdadeiro», o mesmo dizer ao qual Paulo Honório se encontra condenado após o suicídio de Madalena e a fuga dos amigos, baseia-se não num suposto potencial descritivo da palavra, cujo objetivo principal seria adequar o que se diz, feito espelho, à realidade referida. O mundo não interessa mais a Paulo Honório na sua qualidade de objeto manipulável, fonte de energia, acúmulo de ganhos e perdas calculáveis. Este mundo morreu junto com Madalena. «Não é bom vir o diabo e levar tudo?» (Ramos, 2008: 216). A palavra cuja função é eminentemente descritiva, instrumental, não interessa àquele que busca compreender-se, dado que essa é uma disposição do espírito, podendo ser realizada unicamente pelas coisas do espírito.

A palavra poética esboçada por Paulo Honório, ao tornar estéreis os poderes e saberes objetificantes que tanto lhe serviram quando engajado no domínio dos diferentes tipos de «natureza», homem ou bicho, enseja um novo modo de relacionar-se com as coisas e consigo mesmo, resultando numa metamorfose total de sua existência. Segundo Ricoeur, «O eclipse do mundo objetivo, manipulável, abre assim caminho à revelação de uma nova dimensão da realidade e da verdade» (Ricoeur, 2009: 97). O texto poético retira o poder de verdade conferido pelo mundo moderno à natureza e, ao realizar tal coisa, instaura um novo âmbito de pertencimento humano, capaz de ser avaliado estritamente em função da qualidade desta pertença.

A palavra tornada compreensão é uma modalidade de enraizamento e pertencimento do homem ao mundo em que vive. Linguagem enquanto morada. Ao resolver experimentar o mundo através da linguagem, escrevendo um livro no qual narra sua história, Paulo Honório é acometido por um «estremecimento»: suas limitações e possibilidades existenciais são des-cobertas sob o escombros que restou da sua vida.

Madalena entrou aqui cheia de bons sentimentos e bons propósitos. Os sentimentos e os propósitos esbarraram com a minha brutalidade e o meu egoísmo. Creio que nem sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins. E a desconfiança terrível que aponta inimigos em toda a parte! A desconfiança é também consequência da profissão. Foi este modo de vida que me inutilizou. Sou um aleijado. Devo ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, nervos diferentes dos nervos dos outros homens. E um nariz enorme, uma boca enorme, dedos enormes. (Ramos, 2008: 221)

Enfim, se esta mesma literatura experimentada por Paulo Honório é um lugar privilegiado para a des-coberta do ser do homem na sua condição de fundador do mundo, principal responsável pela destinação estética de sua habitação, é porque, tal como foi dito linha atrás, no âmbito do discurso poético surge a possibilidade de uma referência ao mundo não descritiva, na qual está em jogo, muito além da identificação e consolidação de estruturas impessoais, a qualidade do pertencimento do sujeito ao mundo em que vive: verdadeira ruptura diferenciadora com o mundo natural através da configuração de outras formas de habitar o mundo³. A escrita de si levada a cabo por Paulo Honório é uma experimentação desta hermenêutica que se instala no coração da palavra, capaz de des-velar a realidade ao re-descrevê-la, resignificá-la, metamorfoseando-a: «um nariz enorme, uma boca enorme, dedos enormes» (Ramos, 2008: 221).

A emergência do sentido da vida nessa história contada por Paulo Honório inicia-se com o advento da angústia: «ouvi um grito de coruja e sobressaltei-me» (2008: 215). Tomado pela urgência do chamado de sua própria existência, o narrador não mais precisou de «pessoas mais entendidas» que ele para dar início à tarefa de escrever um livro. Afogado em angústia, Paulo Honório não podia mais lançar mão do entendimento para dar sentido à sua memória. Necessitava, ao contrário, compreender sua história, algo possível somente com o desvelar de sua singularidade

³ Segundo Ricoeur, «O discurso poético questiona precisamente esses conceitos não criticados de adequação e de verificação. Ao fazer isso, ele questiona a redução da função referencial ao discurso descritivo e abre o campo de uma referência não descritiva do mundo» (Gagnebin, 2009: 170).

através de uma sintaxe ou idioma pessoal.

Paulo Honório não pôde mais rejeitar o seu chamado, encarnado no pio da coruja: o sentido de sua existência o interpela, o desafia, o chama ao encontro de si mesmo. A linguagem, verdadeiro lugar da escuta e da resposta, realiza-se, nas palavras de Manfredo A. de Oliveira, como um chamado, um evento que nos engaja em nossa própria existência:

Ser, então, enquanto evento, se revela como o *dar-se ao homem de um sentido*, que ele mesmo não produziu, mas que antes produziu o homem, na medida em que o homem corresponde a seu chamado. Sem o ouvinte não há o chamado, mas o ouvinte só é inteligível a partir do chamado que o constitui enquanto tal. (Oliveira, 2006: 220)

Se os diversos modos de ser do homem ganham sentido via linguagem, é no próprio ser da linguagem que este homem se encontra, desde sempre, lançado. E se, no fim das contas, o mundo parece ruir ante o vazio de significado da existência, tal como Paulo Honório pode experimentar com o grito da coruja, é porque, como diz Gadamer,

a linguagem não é somente um dentre muitos dotes atribuídos ao homem que está no mundo, mas serve de base absoluta para que os homens tenham *mundo*, nela se representa *mundo*. [...] esse estar-aí do mundo é constituído pela linguagem. (Gadamer, 2005: 571)

BIBLIOGRAFIA

- Bollas, Christopher (1998), *Sendo um personagem*, Rio de Janeiro, Revinter.
- Gadamer, Hans-Georg (2005), *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*, Petrópolis, Vozes.
- Gagnebin, Jeanne-Marie (2009), *Lembrar, esquecer, escrever*, São Paulo, Ed. 34.
- Houaiss, Antônio - Villar, Mauro - Franco, Francisco Manoel de Mello - Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia (2001), *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Objetiva: Instituto Antônio Houaiss.
- Oliveira, Manfredo A. de (2006), *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*, São Paulo, Edições Loyola.
- Ramos, Graciliano (1986), *Infância*, 22ª ed., Rio de Janeiro, Record.
- Ramos, Graciliano (1994), *Memórias do Cárcere*, 28ª ed., Rio de Janeiro, Record, II v.
- Ramos, Graciliano (2006), *Caetés*, 31ª ed., Rio de Janeiro, Record.
- Ramos, Graciliano (2008), *São Bernardo*, 87ª ed., Rio de Janeiro, Record.
- Ricoeur, Paul (2009), *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*, Lisboa, Edições 70.